

POLÍTICA

Constituinte

As tendências estatizantes das propostas apresentadas à Constituinte receberam ontem mais críticas. Na área da saúde, por exemplo, um técnico mostra os equívocos.

Na dúvida, o "delicado" mandato vai mesmo ao plenário.

A duração do mandato do presidente José Sarney, especificamente, será incluída nas disposições transitórias do anteprojeto da Comissão de Organização dos poderes e Sistema de Governo, pelo relator da Comissão Temática, deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE). Pessoalmente, Egídio acha que a questão do mandato de Sarney é conjuntural e de "delicada" solução, sendo mais provável sua definição no plenário, depois de passar pela Comissão de Sistematização, na etapa final dos trabalhos constituintes. "Terminada a Constituição, a sociedade vai querer eleições", disse o deputado.

Egídio Ferreira Lima considera a tarefa mais importante da Constituinte "a concepção de um engenhoso sistema de governo" que permita a estabilidade permanente da democracia, acentuando ser isso mais importante do que a fixação do mandato presidencial. O relator da Comissão Temática considera, em termos pessoais, que no regime presidencialista o mandato não pode exceder a quatro anos, sob pena de crises a cada sucessão. No parlamentarismo, cinco anos é o ideal, mas o parlamentar ressaltou que essas são suas opiniões pessoais.

Com relação ao regime de governo, Egídio condenou as propostas excessivamente híbridas, capazes de desfigurar o sistema político. Assim, não entende parlamentarismo sem moção de desconfiança aos ministros, incluídos os militares, e sem a dissolução do Congresso. "O presidencialismo forte, como ocorre hoje no Brasil, não permite a consolidação dos partidos políticos, pois o regime subsiste à custa de personalidades como Getúlio, Juscelino ou Geisel, enquanto o parlamentarismo é um regime pedagógico", comentou o relator.

Egídio ressaltou várias vezes que ainda não sabe quantos anos estabelecerá para o mandato presidencial permanente e de Sarney em seu relatório, pois isso dependerá da avaliação que está fazendo com os integrantes da comissão.

Ao final do prazo de recebimento, na noite de terça-feira foram apresentadas 1.453 emendas ao relatório final da subcomissão, as quais começaram a ser estudadas ontem por Egídio. Há propostas para fixação do mandato de Sarney em 4 e 5 anos, manutenção do presidencialismo e extensão aos ministros militares da moção de desconfiança do Congresso. O presidente da Comissão Oscar Correia, mandou ordenar as emendas conforme a referência — Poder Executivo, Legislativo e Judiciário — a fim de facilitar a apreciação pelo relator.

A mulher de um operário, assistida por duas enfermeiras, em apartamento privativo com telefone, para dar à luz seu filho. Isso é um sonho, um sonho debatido na Subcomissão de Saúde, da Assembléia Nacional Constituinte, em que o indivíduo só tem direitos, e o Estado, deveres.

Para que o Estado possa dar essa assistência médica a cada um dos 130 milhões de brasileiros, seria necessário que o orçamento do Ministério da Previdência e Assistência Social fosse de US\$ 25 bilhões, ou melhor, 10% do PIB (Produto Interno Bruto).

Gastando essa importância com a saúde, não haveria dinheiro para construir mais nada, nem a ferrovia Norte-Sul. É isso que o doutor Jayme Rozembojm, presidente do IPCC — Instituto de Estudos dos Problemas Contemporâneos da Comunidade — denuncia nesta entrevista, mostrando como a Comissão de Saúde da Constituinte está nos levando a um sério risco: estatizar a saúde.

VB— Por que esse risco?

JR — Quando se delega ao Estado o dever de manutenção da saúde, o indivíduo delega também a cidadania. Saúde é dever do Estado, mas também do cidadão. Por exemplo: se o Estado quiser combater a Aids, e o doente não colaborar? É o cidadão ou o Estado que transmite a doença? Parece evidente que, se o indivíduo não participar dos custos do sistema, ele vai acabar negligenciando a sua saúde, a cura.

Qual a situação da população em relação à saúde em nosso país?

Quando nós falamos em saúde, precisamos em primeiro lugar, defini-la. Segundo a Organização Mundial da Saúde, o bem-estar físico, mental e social fazem parte do complexo saúde.

A medicina entra com pequena parcela desse contexto, que possui outros fatores básicos como alimentação, condição de moradia etc.

Mas, verificamos que existem grupos que se preocupam em fazer campanha da **Estadolatria**, colocando sempre o Estado como o "bigbrother".

"Nós sabemos, temos consciência que a situação atual da saúde em nosso país é desumana. Existe parcela da população que sequer tem acesso à saúde; e grande parcela tem atendimento precário, incompetente. Por isso, existe o clamor pela reforma, e realmente há necessidade de mudança."

Como as mudanças devem ser processadas?

— Temos dois tipos de assistência: a pública e a privada. Agem paralelamente, concomitantemente. A privada é predominante, socorre a assistência pública através de convênios. Nesse caso, é óbvio que se torna dever do Estado assegurar a



Rozembojm: campanha de Estadolatria.

SAÚDE

Até isso é um bem do Estado?

É o que denuncia o dr. Jayme Rozembojm. Ele alerta que embora a iniciativa privada contribua com os serviços, corre o risco de ser atropelada pelas inovações da Constituinte. Entrevista a Vital Bataglia.

saúde para quem não tem nenhuma espécie de convênio, nem recursos; ou, simplesmente, quiser usá-la como cidadão.

"O que não se pode é negar a assistência privada ao cidadão que a ela quiser recorrer. Você acha que um indivíduo que fosse bem atendido gratuitamente iria recorrer a um médico pago? É por esses motivos que a luta pela estatização da saúde não é racional, é política. O sistema único de saúde nega o direito do cidadão de ter uma Constituição democrática; onde está então, a sua liberdade de opção?" — indaga o dr. Rozembojm.

Quem luta pela estatização da saúde? — Parcela de sanitistas. Para eles, estatizar ou não a assistência não representa qualquer mudança. Eles já são funcionários públicos. Há também enorme erro de visão. O mundo dos sanitistas é muito diferente do do médico. Enquanto o sanitista trata apenas de preservar a saúde da população, o médico cuida do doente, uma luta corpo-a-corpo com suas angústias, temores, fatores psicossomáticos. O sanitista só cuida do homem são. Considero o trabalho deles importante;

estão proliferando por aí a dengue, febre-amarela, sarampo, pólio. Eles devem se preocupar com o surto dessas epidemias; isso sim é dever do Estado. Deixem a medicina curativa seguir o seu rumo normal.

Não é mais importante a prevenção da saúde?

— Nos Estados Unidos, cerca de 25% da população paga pela prevenção de sua saúde. Na China, a classe médica também recebia do indivíduo, quando ele não estava doente. Em ambos os casos, no momento em que o indivíduo fica doente, o problema deixa de ser das entidades responsáveis pela prevenção da saúde, e passa a ser da medicina curativa.

Em quais pontos o projeto da Subcomissão de Saúde da Constituinte ameaça estatizar a medicina?

— O artigo 2º fala em integração dos serviços de saúde. Reconhecemos que é uma necessidade, pois atualmente temos serviços municipais, estaduais e federais concorrendo entre si em determinada região, e em outras, simplesmente não existe qualquer serviço. Um sistema único corrigiria essa falha, mas desde que esse sistema se referisse apenas à saúde pública. Seria preciso acrescentar nesse artigo a palavra "pública".

O artigo 4º acentua que as ações de saúde são funções de natureza pública, e ao Estado cabe normatizar, executar e controlar. Não há dúvida que ao Estado cabe normatizar e controlar, mas significa que só a ele cabe executar?

"O Estado poderia executar o serviço paralelamente à iniciativa privada. Ao cidadão cabe o direito da escolha. O parágrafo 1º desse artigo diz que a iniciativa privada só funcionará quando houver a determinação do poder público. Por que essa discriminação, essa marginalização? No momento em que até a Rússia está liberalizando a assistência médica, assim como a Inglaterra, nós estamos agora caminhando em sentido inverso. Será que a história não tem significado algum, nem traz qualquer ensinamento?"

Para comprovar os argumentos em defesa da assistência médica privada, o doutor Jayme Rozembojm apresenta dados de 1984, quando do percentual de 3,72% do PIB gasto com a saúde, a iniciativa privada concorreu com 2,17%, enquanto o setor público com apenas 1,55%. Em relação aos números atuais, com o PIB de 1986 na ordem de 250 bilhões de dólares, vale dizer que o setor privado investiu 5.425 milhões de dólares, enquanto o Estado apenas 3.875 milhões de dólares.

— Se ainda assim, a assistência à saúde em nosso País foi dramaticamente insuficiente, imaginem o que aconteceria com a marginalização da iniciativa privada? — questiona o doutor Jayme.

O governo se irrita com o projeto do relator Fernando Gasparian

O PMDB no governo deu um puxão de orelhas no PMDB constituinte. Dois pesos-pesados do segundo escalão da administração econômica — o secretário do Tesouro, Andréa Calabi, e o diretor da Área Internacional do Banco do Brasil, Adroaldo Moura — foram ontem à Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças da Assembléia Constituinte, levar a posição do Executivo sobre pontos polêmicos do anteprojeto aprovado pela Subcomissão do Sistema Financeiro.

Adroaldo e Calabi centraram fogo em dois pontos do anteprojeto: a proibição dos bancos estrangeiros operarem no Brasil, e a divisão das atribuições entre o Banco Central, e o Banco do Brasil na administração da dívida pública. O diretor do Banco do Brasil fez uma exposição das atividades do BB no Exterior, alertando para o risco de que uma legislação restritiva aos bancos estrangeiros exponha os bancos brasileiros a retaliações em suas operações externas. Adroaldo lembrou aos constituintes que o BB recolhe mais depósitos lá fora do que aqui, e fez 58% de seu lucro em 86 nas operações externas.

O secretário do Tesouro defendeu a presença do Banco Central no financiamento da dívida pública, através da emissão de títulos, vedada ao BC e atribuída ao BB no anteprojeto da Subcomissão. Para Calabi, o BC desempenha melhor esse papel, por ser um agente externo ao mercado, ao contrário do Banco do Brasil, que atua também como um banco comercial. Calabi criticou também os parágrafos que proíbem ao presidente e aos diretores do Banco Central exercerem qualquer função no sistema financeiro privado, quatro anos antes e quatro anos depois de seu mandato à frente do BC. "É uma desconfiança antecipada e injustificada", afirmou Calabi.

A presença de Adroaldo e Calabi na Comissão do Sistema Tributário é a primeira manifestação pública da articulação existente entre o presidente e o relator da comissão, deputados Francisco Dornelles e José Serra, para modificar alguns pontos do anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro. Com o respaldo discreto do Ministério da Fazenda. Com muito cuidado, para não caracterizar uma ingerência do Executivo na Constituinte, fontes do Ministério da Fazenda já confirmaram que a administração econômica do governo vem fazendo um acompanhamento dos trabalhos da Constituinte, e dando assessoria a parlamentares afinados com a orientação do governo.

Ressalvo

O relator da Subcomissão do Sistema Financeiro, deputado Fernando Gasparian, acusou o golpe. Ele estranhou a convocação de Adroaldo e Calabi, feita por Dornelles, alegando que o regimento só permitia depoimentos de estranhos à Constituinte na fase das subcomissões. O presidente da comissão respondeu, invocando o artigo 16 do regimento, que autoriza o depoimento de ministros e autoridades do governo às grandes comissões temáticas.

Gasparian divulgou também o texto de uma nota que faz publicar como matéria paga, nos jornais de hoje, explicando e defendendo os pontos mais importantes de seu trabalho de relator da Subcomissão do Sistema Financeiro. Entre eles, a extinção da carta patente como condição necessária para o funcionamento de instituições financeiras, e a transferência das atividades de fomento do governo para o Banco do Brasil e os bancos regionais de desenvolvimento.

Os depoentes de ontem concordaram com esses dois pontos, com ressalvas. Sobre a extinção da carta patente, por exemplo, Adroaldo Moura e Calabi disseram que é muito difícil controlar o valor de mercado adquirido, inevitavelmente, por uma autorização para o funcionamento de uma instituição financeira. Calabi foi mais longe, sugerindo que o próprio governo se aproprie desse valor, negociando ele mesmo as cartas patentes.

FORÇAS ARMADAS

O constituinte Henrique Córdova (PDS-SC) considera que antes de desconhecer o papel político dos militares no Brasil, "melhor seria institucionalizá-lo, para que os demais poderes possam funcionar sem prejuízo". Falando no debate ocorrido após a leitura do relatório do deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), diante da Organização Eleitoral e Partidária e das Garantias da Constituição, onde foi defendida a manutenção do papel constitucional das Forças Armadas, Córdova explicou: "As Forças Armadas sempre exerceram um papel político no País. Desde 1868, devido à participação de Caxias, (atual Patrono do Exército) num episódio que culminou com a queda do Gabinete Civil, as Forças Armadas nunca mais deixaram de intervir no processo político nacional". Num aparte, o deputado Haroldo Lima (PC do B-BA), relatando sua experiência com prisão e tortura, durante o regime militar, indagou ao relator: "Depois de tanto esforço, senhor repetiu tudo o que já existia na Constituição de 67/69?"

Lula anuncia: é candidato.

Pela primeira vez, desde as eleições de novembro, o deputado e dirigente do PT, Luis Inácio Lula da Silva, admitiu publicamente sua candidatura a presidente da República, "sejam as eleições antecipadas para 1988 ou não". O líder petista ressaltou, todavia, que sua disputa à sucessão presidencial passa necessariamente pela decisão do partido.

A disposição de Lula em tentar chegar ao Palácio do Planalto foi revelada em seu depoimento no projeto "Brasil: Memória Política", que a Unicamp vem realizando para resgatar a história dos últimos 20 anos no País. Nele, Lula não poupou críticas aos governantes da Nova República: "Se o Sarney estivesse fazendo alguma coisa o povo estaria vendo e sentindo e ele não precisaria usar os meios de comunicação para justificar o injustificável". Para ele, "um governante não é medido pelo que fala, mas pelo que faz para resolver problemas tão graves como os da inflação e o dos salários dos trabalhadores".



CURTAS

O secretário José Machado Campos Filho, da Fazenda, confirmou ter determinado à Prodesp, que não incluisse nos holeriths dos funcionários públicos, o pagamento dos gatilhos. O motivo, segundo ele, é a falta de recursos financeiros para efetuar esses pagamentos.

O governador Orestes Quércia adiou para esta quinta-feira o anúncio do reajuste salarial que irá conceder ao funcionalismo público do Estado. Segundo comentários, o piso salarial deverá ficar em torno de Cz\$ 6.000,00, enquanto o

DESTAQUE POLÍTICO

“Se o presidente Sarney mandar dinheiro para Minas, vamos colocá-lo como o rei deste Brasil.”
Governador de Minas, Newton Cardoso.

teto deverá ser fixado em torno de Cz\$ 140 mil.

A prefeita Maria Luiza Fontenele, do Partido dos Trabalhadores, desistiu de dar continuidade a seu processo de aposentadoria, junto à Assembléia Legislativa, a fim

de, como ex-parlamentar, fazer jus a uma pensão de cerca de Cz\$ 45 mil. Com o dinheiro ela pretendia poder "favorecer pequenas entidades e movimentos populares no Interior e na Capital. Isso não aconteceu, pelo contrário, eu fui mal compreendida".